

Número 11

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Comunicado da Presidência

PNAD 2007
Primeiras
Análises

Demografia
Gênero

Volume 3

07 de outubro de 2008

Apresentação

Um novo Brasil emergiu dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) edição 2007 publicada no dia 18 de setembro. Pesquisadores de diversas áreas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vão divulgar até 14 de outubro uma série de quatro **Comunicados da Presidência** sob o título “Pnad-2007: Primeiras Análises”. Como já fora feito no ano passado com a Pnad-2006, os estudos vão discutir, com aprofundamento e detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, as modificações por que passa o país retratadas na Pnad-2007.

Devido à quantidade e à riqueza dos dados da Pnad, os pesquisadores optaram por divulgar suas análises por grupos de temas em quatro Comunicados da Presidência, que serão apresentados em reuniões com a imprensa.

Este **Comunicado da Presidência nº 11**, o terceiro da série Pnad – 2007, versa sobre **demografia e gênero**.

O segundo da série abordou **mercado de trabalho, trabalho infantil e Previdência; e o primeiro, pobreza, desigualdade e a nova estratificação social**.

Os próximos temas serão:

- **Dia 14/10:** Juventude; raça; educação e saneamento básico.

Os dados da Pnad são insumos valiosos e servirão ainda de base para futuros seminários, TDs (Textos para Discussão), boletins e livros do Ipea. Os Comunicados da Presidência são documentos mais curtos, de publicação mais ágil, com o objetivo de apresentar – em menor tempo de preparação – análises qualificadas de assuntos de interesse da sociedade brasileira ou de dados preliminares já consolidados de pesquisas mais longas em andamento.

Participam das pesquisas da série de Comunicados da Presidência “Pnad - 2007: Primeiras Análises” os pesquisadores Marcio Pochmann, Jorge Abrahão, Ricardo Amorim, Natália Sátyro, Sergei Soares, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça, Lauro Ramos, Ana Lúcia Kassouf, Milko Matijascic, Leonardo Rangel, Fernando Gaiger, Ana Amélia Camarano, Natália Fontoura, Alinne Bonetti, Maria Piedade, Carla Coelho, Herton Araújo, Luciana Jaccoud, João Luís do Nascimento, Carolina Veríssimo Barbieri e Marília Patelli Lima

1. Tendências demográficas

1.1 Tendências da População Brasileira

Os resultados da PNAD de 2007 mostram a continuação da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo aos de reposição: **1,83 filhos por mulher** (Gráfico 1). Essa queda iniciou-se na segunda metade dos anos 1960 e está implicando numa desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na estrutura etária desta população, que poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma envelhecimento, reproduzindo a experiência de países da Europa Ocidental, da Rússia e do Japão. (Gráfico 2).

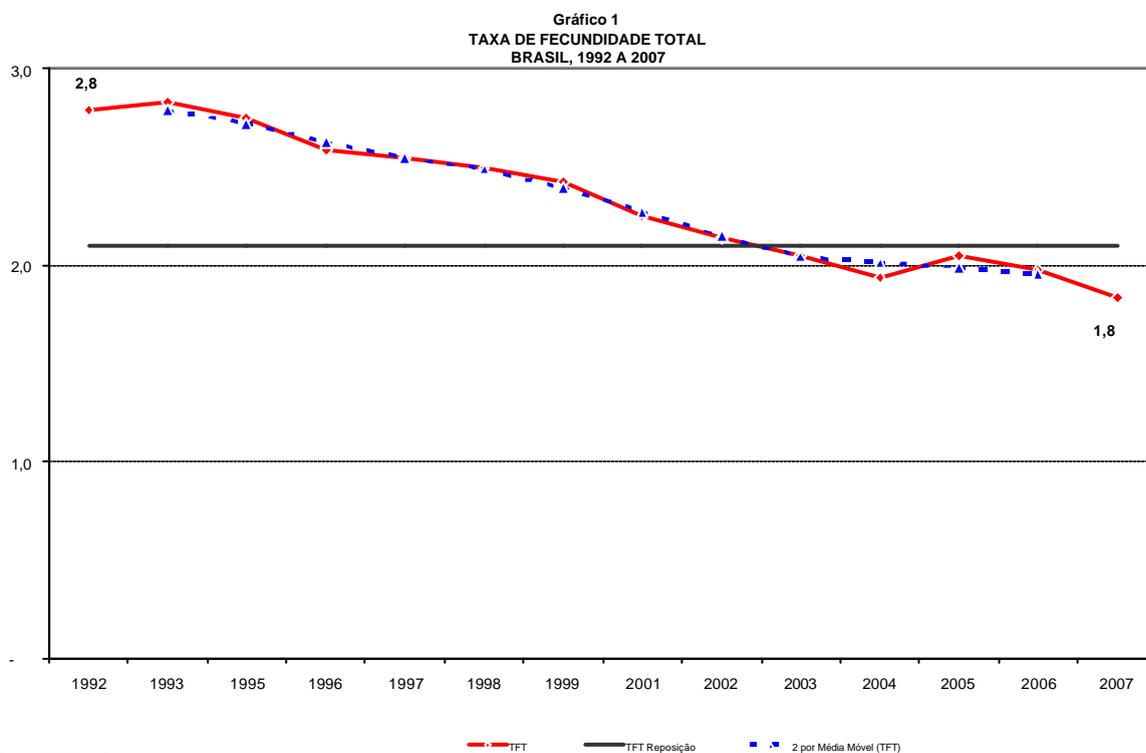
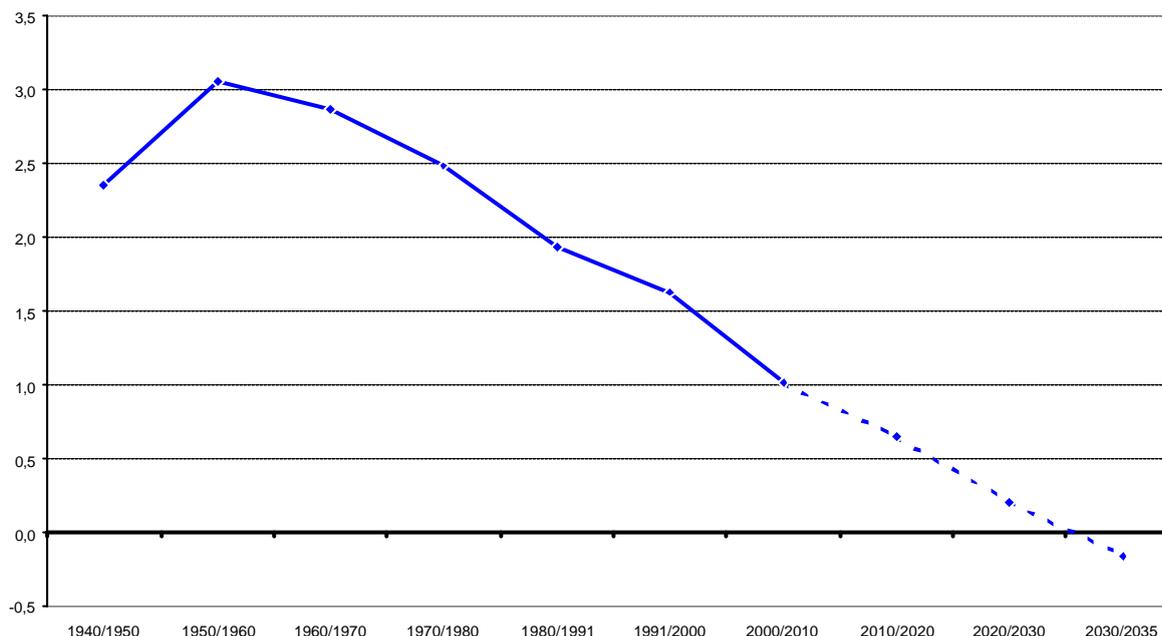


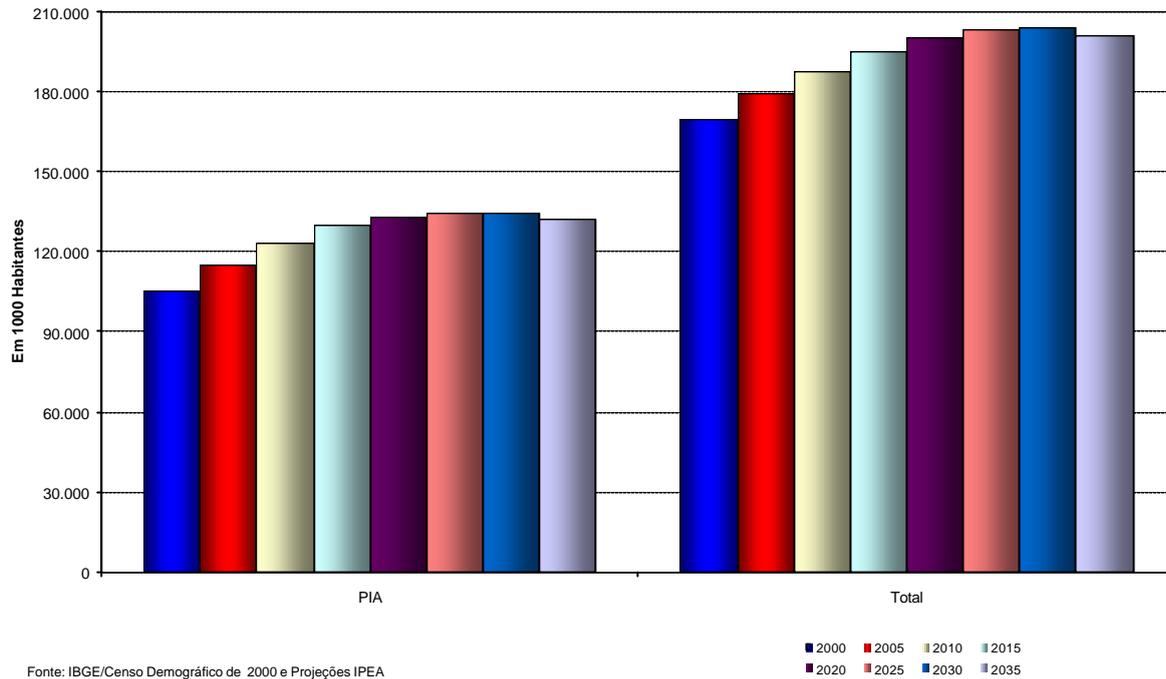
Gráfico 2
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
1940 A 2035



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1940 a 2000 e Projeções IPEA

Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, projetou-se que a **população brasileira atingirá o seu máximo em 2030, com um contingente de, aproximadamente, 204,3 milhões**. Espera-se para 2035 um contingente menor, 200,1 milhões (ver Gráfico 3). Este contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século 20 e início do 21. Ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

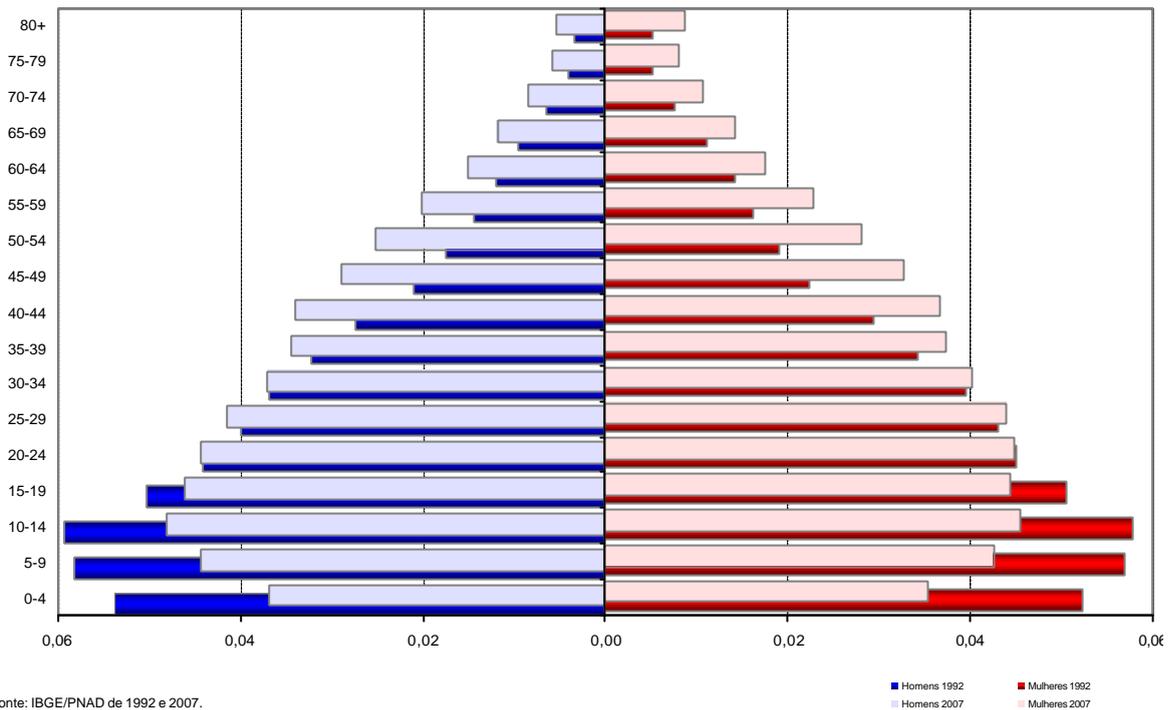
Gráfico 3
POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA PROJETADA
BRASIL, 2000 A 2035



A alta velocidade da queda da fecundidade e da mortalidade acarreta mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e, também, na distribuição etária e na oferta de força de trabalho, dentre outras. A mudança mais importante ocorrida nos últimos anos foi o envelhecimento populacional, ou seja, uma mudança nos pesos da população. Pode se observar no Gráfico 4 que a população menor de 15 anos que fora responsável por 33,8% da população total em 1992 passou a constituir 25,2% desta população em 2007. Por outro lado, a população idosa que respondia por 7,9% da população brasileira passou a responder por 10,6%.¹ A população em idade ativa também aumentou a sua participação, tendo passado de 58,3% para 64,2%.

¹ Por população idosa, definiu-se a população de 60 anos e mais.

Gráfico 4
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO
BRASIL, 1992 E 2007



Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto leva a uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população "mais idosa", de 80 anos e mais, está aumentando também, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu. A sua participação na população brasileira passou de 1,0% para 1,4%. Embora o percentual seja baixo, está se falando de 1,6 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso e aumenta a demanda por cuidados de longa duração e requer pagamento de benefícios previdenciários e assistências por um período de tempo mais longo.

As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de acelerado envelhecimento populacional, como mostrado no Gráfico 5. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento, aqueles com idades abaixo de 30 anos, e continuarão a experimentar e outros passarão a experimentar ao longo do período da projeção. Entre 2030-2035, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo são os de idade superior a 45 anos. (ver Gráfico 6)

Gráfico 5
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO
BRASIL, 2000 E 2035

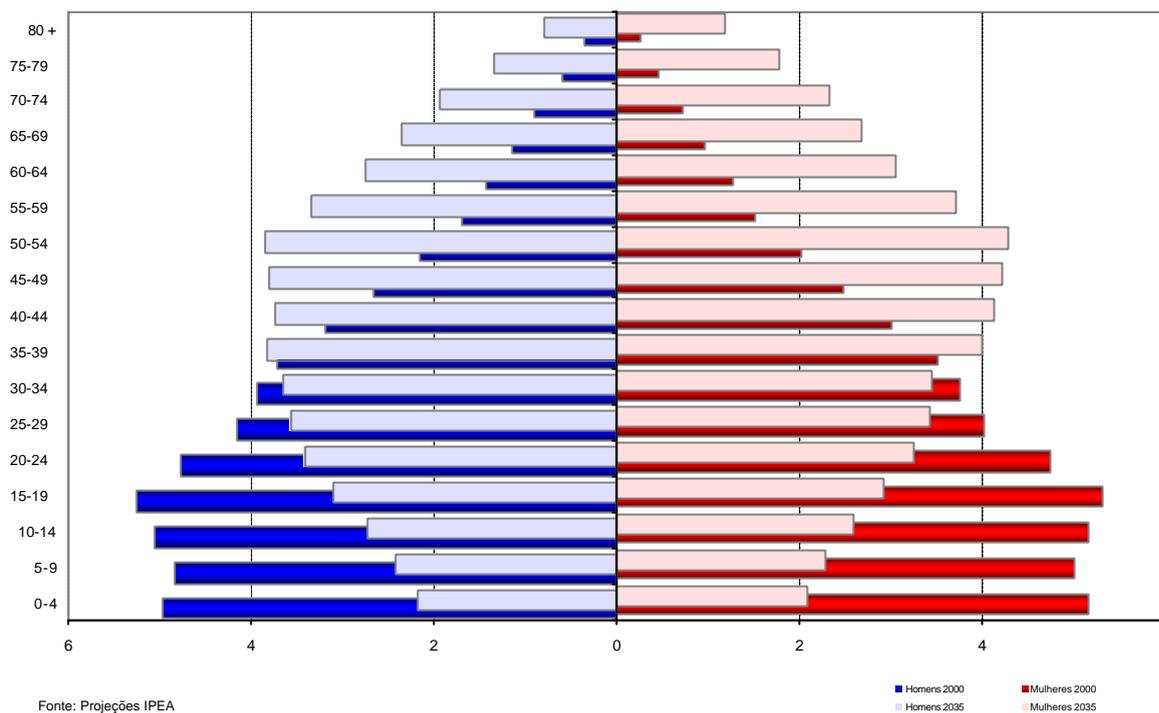
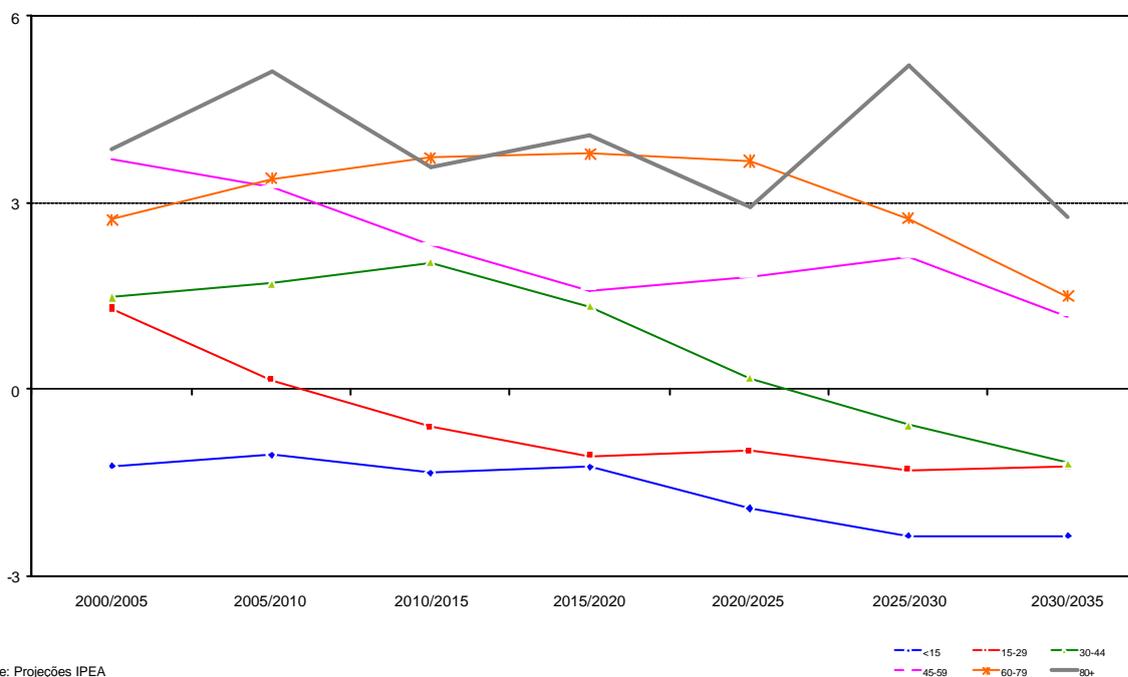


Gráfico 6
TAXA DE CRESCIMENTO POR GRUPO ETÁRIO
BRASIL, 2000 A 2035



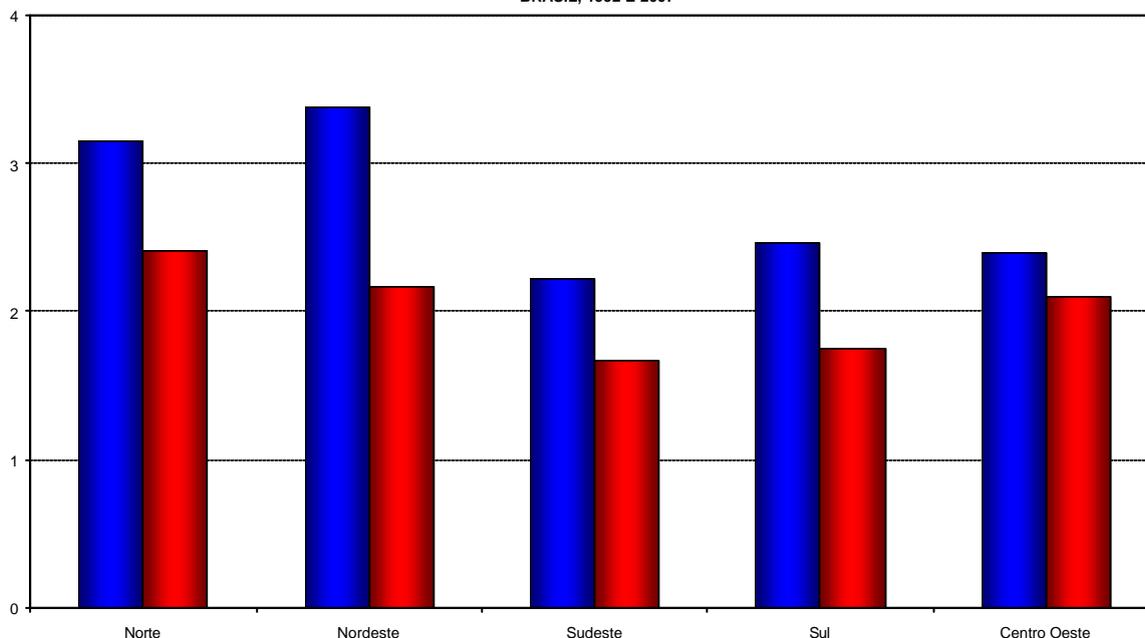
Com relação à população em idade ativa (PIA), considerada como a de 15 anos e mais, como mostrado no Gráfico 3, esta também crescerá até 2030 e a partir daí diminuirá. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo em 2000 e declinará substancialmente, o que deverá

ocorrer de forma mais acentuada a partir de 2010. Espera-se que a participação relativa da PIA adulta (30-44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2035, mas com acréscimo em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá ser a que experimentará um aumento tanto em valores absolutos quanto na sua participação no total da população. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 47% da futura população em idade ativa.

1.2. Desigualdades na Fecundidade

Embora a fecundidade tenha caído em todas as regiões do país, em todos os grupos sociais, isto ocorreu de forma diferenciada. O primeiro diferencial considerado foi o por regiões, que está mostrado no Gráfico 7. Este compara a Taxa de Fecundidade Total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2007. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2007, na Norte. No entanto, embora esta taxa seja a mais alta, já apresentava valores próximos aos de reposição. Em ambos os anos, a mais baixa foi observada na região Sudeste, sendo que no último ano, o valor alcançado foi de 1,7 filhos, muito próximo ao valor observado para a região Sul. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filhos a mais que uma residente na região Sudeste. Este diferencial caiu para 0,5 filho em 2007. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,7.

Gráfico 7
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR REGIÕES
BRASIL, 1992 E 2007



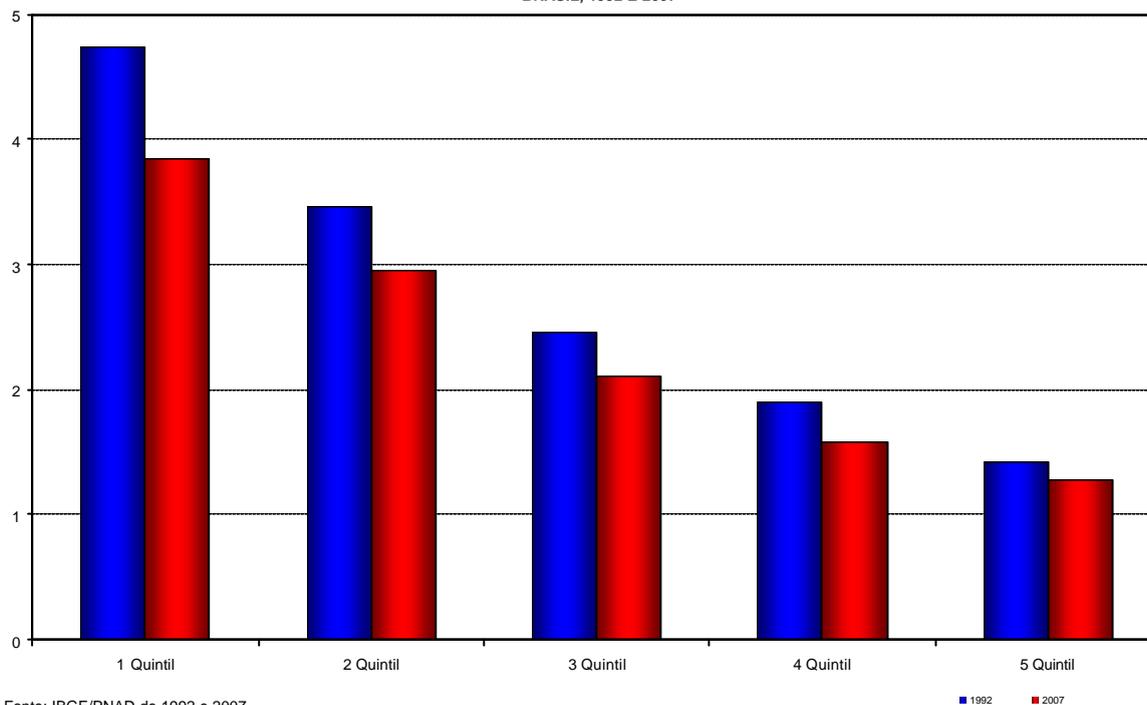
Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2007.

■ 1992 ■ 2007

O segundo diferencial considerado foi o por nível de rendimento, o que está mostrado no gráfico 8. Como esperado, a fecundidade é mais

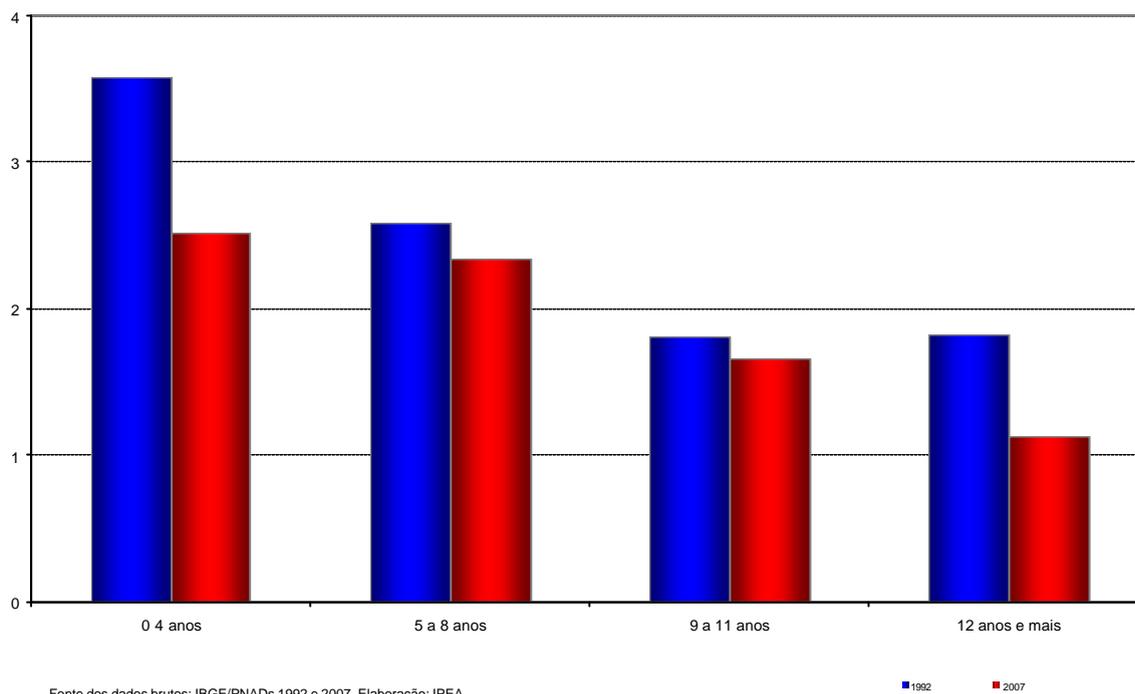
elevada nas camadas de renda mais baixa, mas esses diferenciais também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, era de 3,3 filhos a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial reduziu-se para 2,6 em 2007. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, semelhantes às de países como Itália, Espanha e Japão (1,3 filhos por mulher).

Gráfico 8
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR QUINTIL DE RENDA
BRASIL, 1992 E 2007



A última variável considerada foi anos de estudo. Como no caso da renda, maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade muito baixa, o que está mostrado no Gráfico 9. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos de anos de estudo. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,8 filhos a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2007, esse diferencial se reduziu para 1,4. A maior redução foi observada entre as mulheres com a maior e a menor escolaridade.

Gráfico 9
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO
BRASIL, 1992 E 2007



Sumarizando, dentre todas as variáveis consideradas, a renda é a que parece exercer o maior impacto nos níveis de fecundidade.

1.3. Estruturas Familiares e o novo papel social da mulher

Segundo Lesthague (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

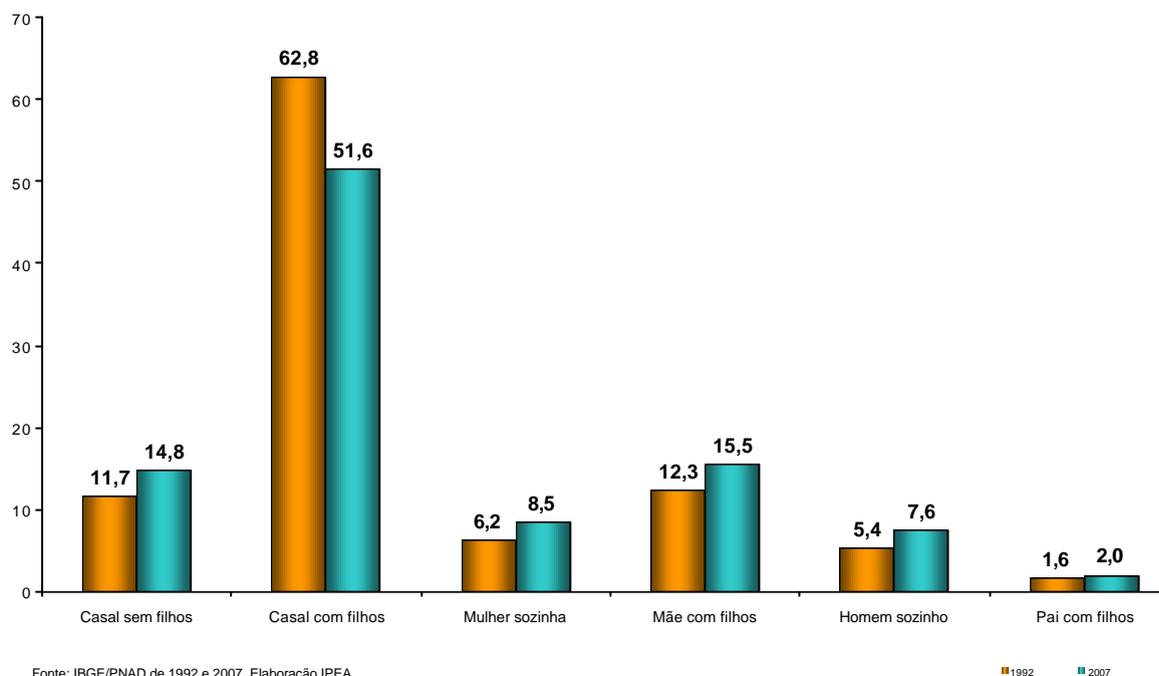
- revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução
- revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento.
- revolução no papel social da mulher e nas relações de gênero tradicionais: homem provedor X mulher cuidadora.

Essas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e, também, no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, as segundas e terceira das revoluções mencionadas acima à luz dos resultados da PNAD de 2007.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas esta predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de arranjos em 1992 e passaram a constituir 51,6% em 2007, conforme mostra o gráfico 10. Esse tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos 10 anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 4,2% em 1992 para 23,5% em

2007. Neste ano, 4,1 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria.

Gráfico 10
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIROS PELO TIPO DE ARRANJO

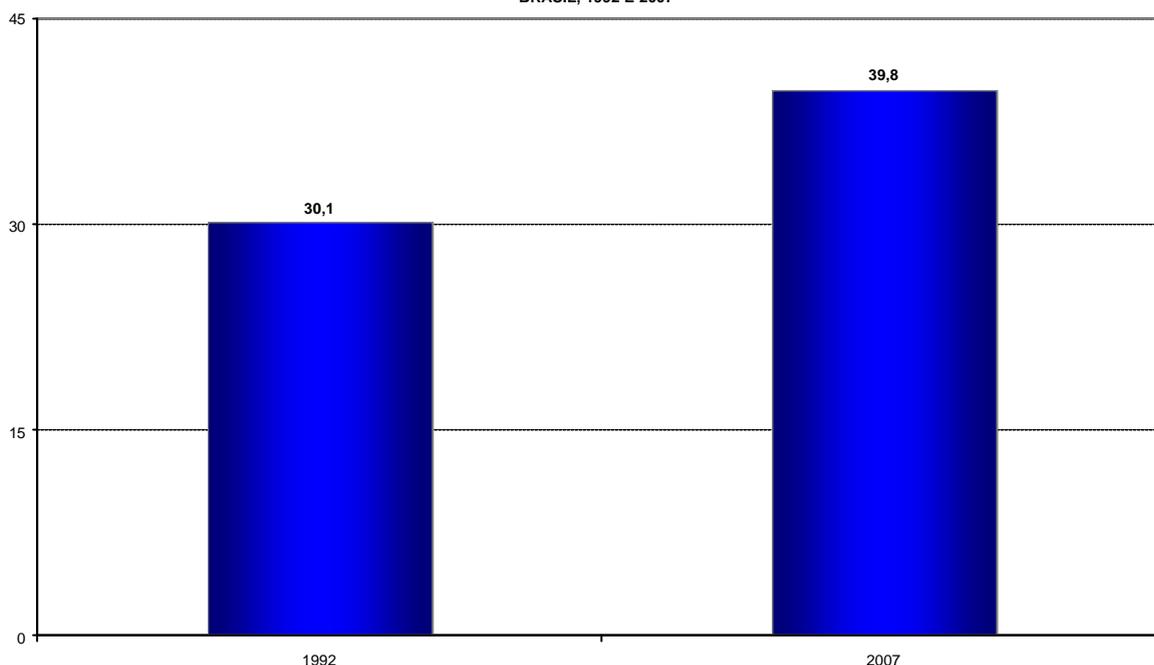


Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2007. Elaboração IPEA.

A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das monoparentais, principalmente, as chefiadas por mulheres e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais freqüente era o do tipo mãe com filhos, mas apresentando proporção decrescente. No total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% para 7,6%. Ou seja, 4,2 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos, mas esta diferença vem diminuindo no tempo. A sua proporção passou de 6,2% em 1992 para 8,5% em 2007 e significa 4,7 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Esta passou de 30,1% para 39,8% (Gráfico 11). Mais expressivo, foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 62,5%.

Gráfico 11
CONTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS MULHERES NA RENDA DAS FAMÍLIAS
BRASIL, 1992 E 2007



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2007.

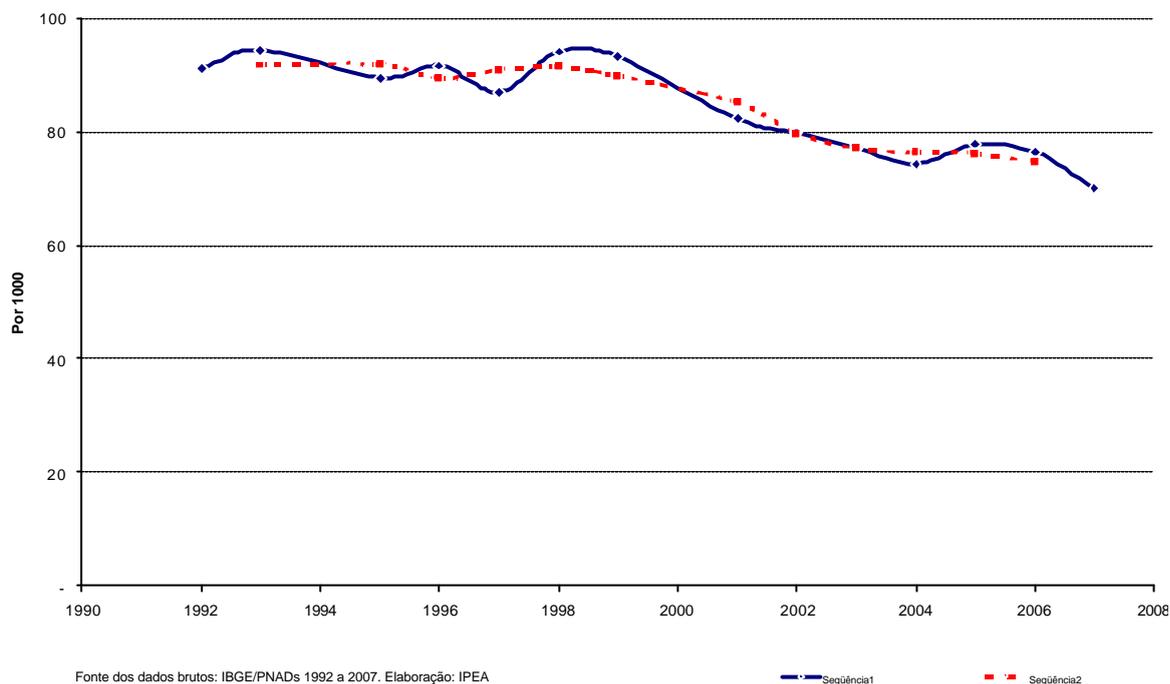
Apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2007, foi de 89,5% e a de homens, 50,4%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas despediam, em média, 22,2 horas semanais e os homens, 9,6.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isto. Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, mas ainda mantêm os tradicionais.

1.4. A Gravidez na Adolescência

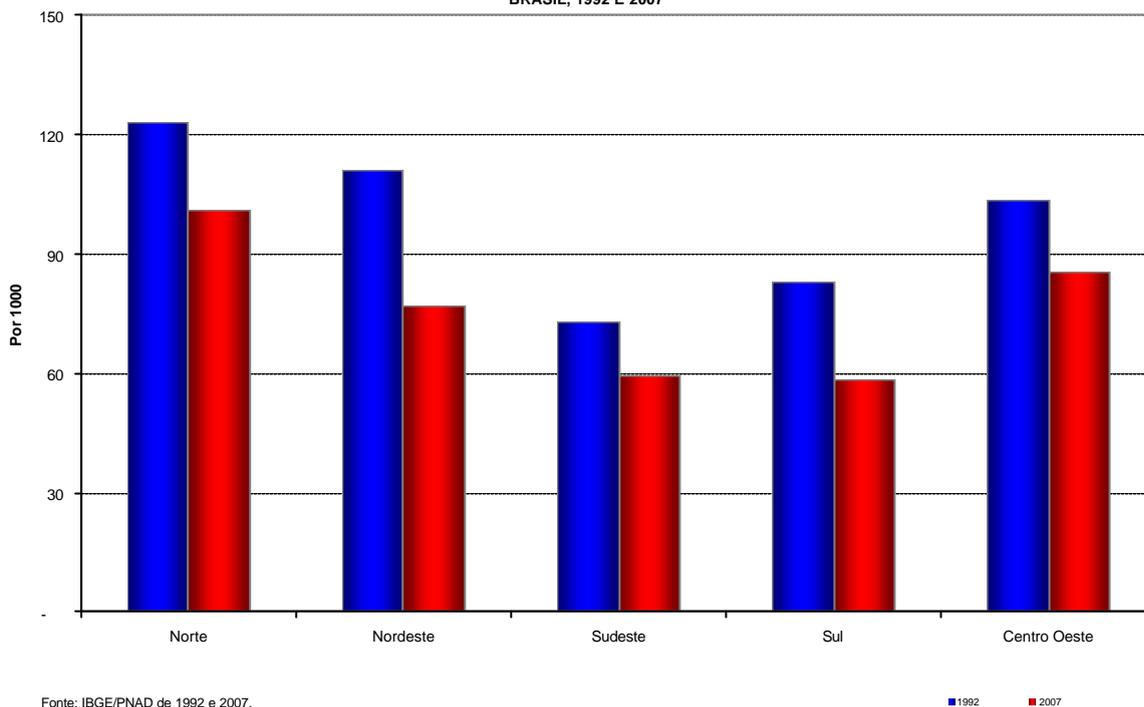
O aumento da fecundidade na adolescência é uma das conseqüências das revoluções da família mencionadas anteriormente: a dissociação da sexualidade do casamento. A queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idades, mas foi menos intensa entre as mulheres de 15 a 19 anos. Na verdade, a tendência foi de aumento até o final da década passada. Desde 2000, esse processo foi revertido. Em 1992, para cada 1000 adolescentes, observou-se 91 filhos nascidos vivos. Em 2007, esta taxa se reduziu a 70 filhos nascidos vivos por 1000 (Gráfico 12).

Gráfico 12
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS
BRASIL, 1992 A 2007



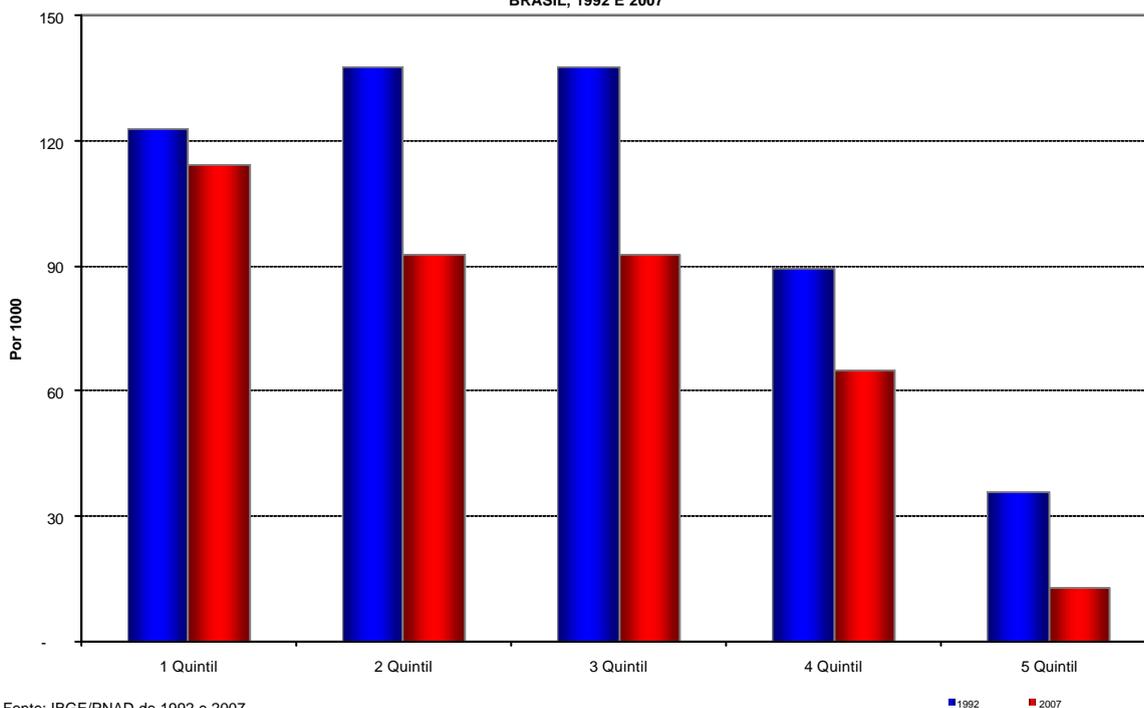
A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do país como se pode ver no Gráfico 13, que compara 1992 com 2007. Os maiores decréscimos foram observados nas regiões Nordeste e Sul. Nos dois anos considerados, a fecundidade mais elevada foi observada na região Norte e a mais baixa na Sudeste. Em 2007, a taxa da região Sul se igualou a da Sudeste. O diferencial entre as regiões manteve-se o mesmo nos dois anos considerados.

Gráfico 13
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR REGIÕES
BRASIL, 1992 E 2007



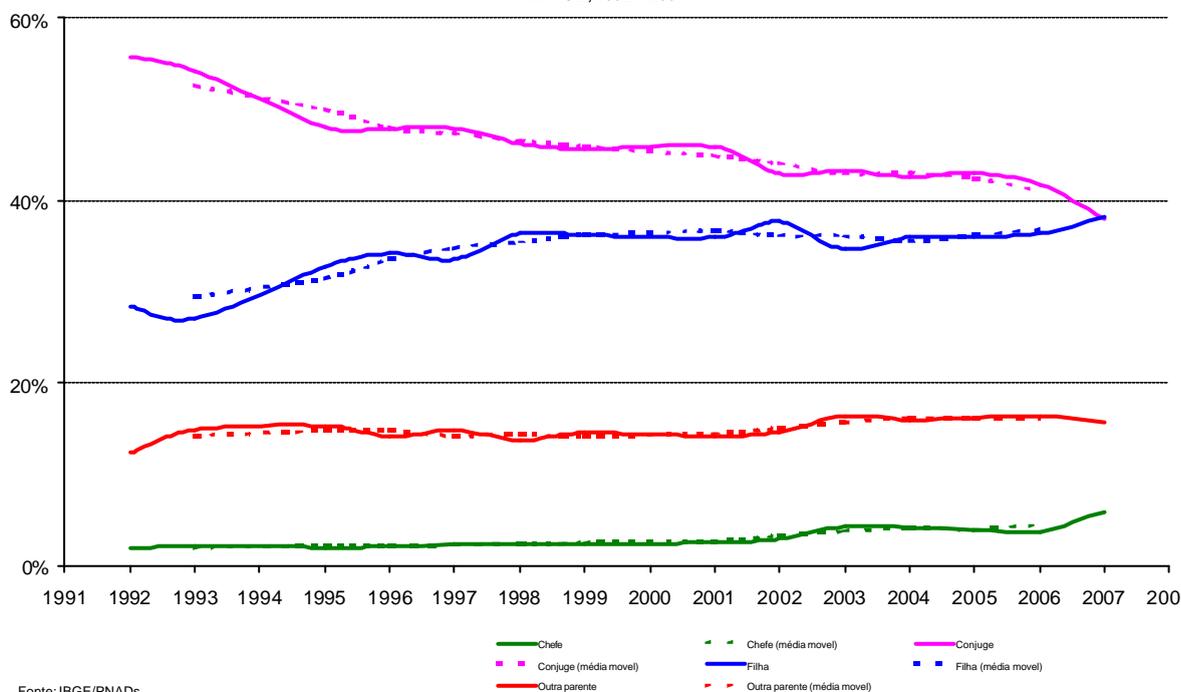
Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2007, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens do quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todo os grupos de mulheres no período considerado e os diferenciais se mantiveram (Gráfico 14)

Gráfico 14
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS POR QUINTIL DE RENDA
BRASIL, 1992 E 2007



Dentre as adolescentes que tiveram filhos, predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu dentro de uma união, seja como resultado ou como consequência desta. Isto significa mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período passou de 55,7% para 38,0%. Por outro lado, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes (netos). Nestas duas posições, estavam 53,9% das mães adolescentes. Ou seja, 514,6 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas praticamente se igualou a de cônjuges em 2007. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias; atingiu 6,0% em 2007, ou seja, 57,4 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias. (Gráfico 15).

Gráfico 15
 PROPORÇÃO DE MULHERES DE 15 A 19 ANOS QUE
 TIVERAM FILHOS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO
 BRASIL, 1992 A 2007



1.5. Algumas conseqüências do Envelhecimento da População Brasileira

O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial. É resultado das taxas elevadas de crescimento, dada a alta fecundidade prevalente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade nas idades avançadas. Isto se traduz no aumento do número absoluto e relativo de idosos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa, no envelhecimento das famílias (crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso) e em mudanças nos arranjos familiares.

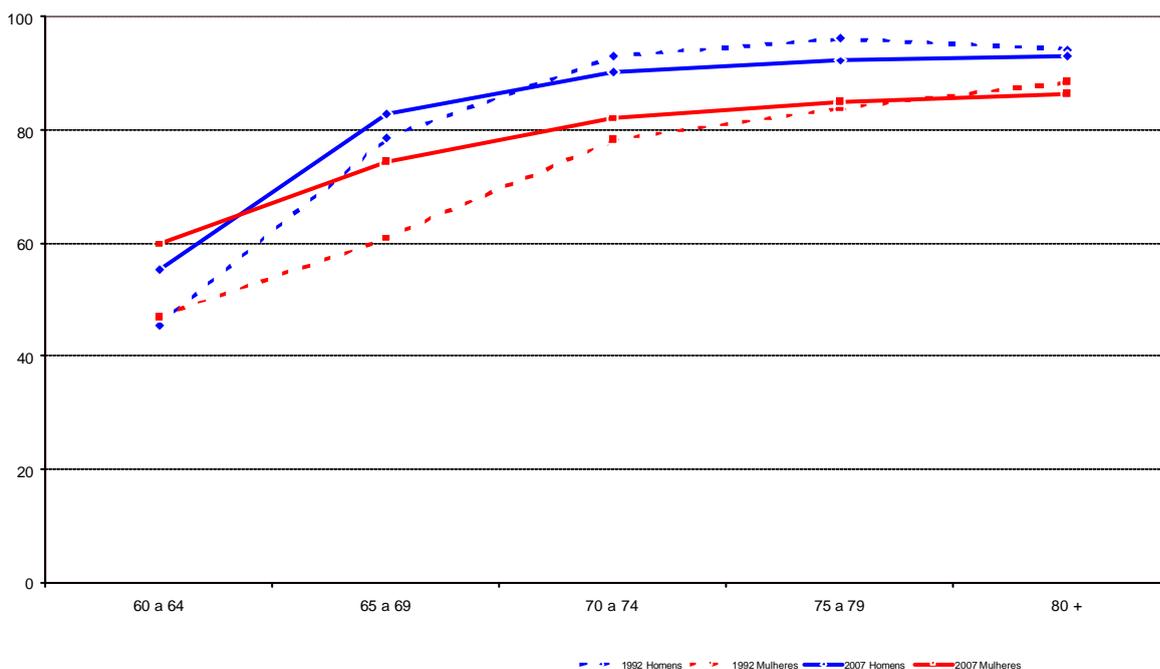
O processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, as suas conseqüências têm sido, em geral, vistas com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias.

Reconhece-se, no entanto, que o envelhecimento é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas, sociais, o que traz vulnerabilidades. Estas são diferenciadas por gênero, idade, grupo social, raças e regiões geográficas etc. É diferenciado, também, o momento (a idade) em que elas se iniciam. Assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade.

Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa (previdência e assistência social), saúde, cuidados de longa duração e a criação de um entorno favorável (habitação, infra-estrutura, acessibilidade etc.). O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação apontada pela literatura entre envelhecimento e pobreza.

Os benefícios da seguridade social (previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte) cobriam aproximadamente 76% da população idosa em 2007, ou seja, aproximadamente 15 milhões de idosos.² Este percentual era aproximadamente igual entre homens e mulheres, 77,9% e 74,6%, respectivamente. Pode se observar no Gráfico 16 que entre 1992 e 2007 um crescimento da proporção de aposentados que ocorreu principalmente, entre os idosos mais jovens, 60 a 70 anos.

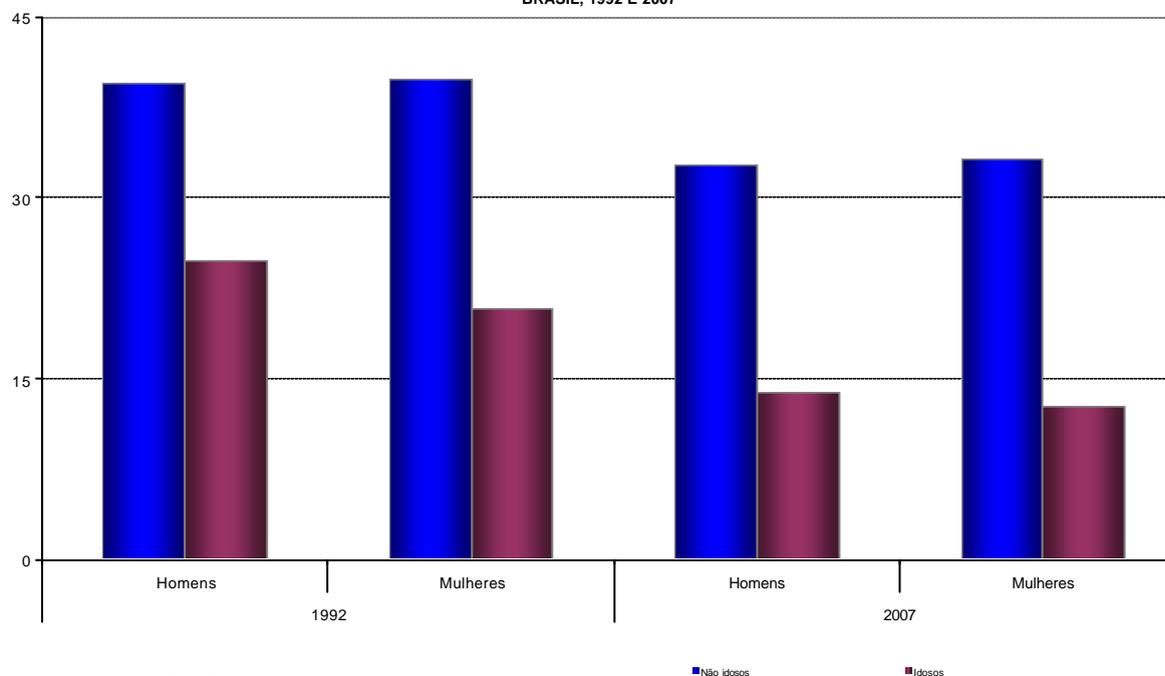
Gráfico 16
PROPORÇÃO DE IDOSOS APOSENTADOS POR IDADE E SEXO
BRASIL, 1992 E 2007



² Aqui estão considerados apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

Como o piso para o benefício social estabelecido pela Constituição de 1988 é de um salário mínimo, uma das conseqüências da ampliação da cobertura da Seguridade Social é uma proporção menor de pobres³ entre os idosos comparativamente aos não idosos. O percentual de idosos pobres do sexo masculino experimentou uma forte redução; passou de 24,7% em 1992 para 13,8% em 2007. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em aproximadamente 8 pontos percentuais, ou seja, passou de 20,8% para 12,7%. A diminuição na incidência da pobreza entre as mulheres idosas foi maior que a observada entre os indivíduos não idosos. Foi visto também, que dentre os idosos as mulheres são menos pobres do que os homens, ao contrário do que se verifica para os idosos (ver Gráfico 17).

Gráfico 17
 PROPORÇÃO DE IDOSOS E NÃO IDOSOS POR SEXO QUE RESIDEM EM DOMICÍLIOS
 COM RENDA *PER CAPITA* MENOR OU IGUAL A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO
 BRASIL, 1992 E 2007



Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja originária da Seguridade Social, cuja contribuição tem aumentado no tempo, o trabalho aporta também, uma parcela expressiva na sua renda, 27,3%. Esta proporção é maior entre os homens (36,6%) enquanto para as mulheres a contribuição foi de 12,0%.

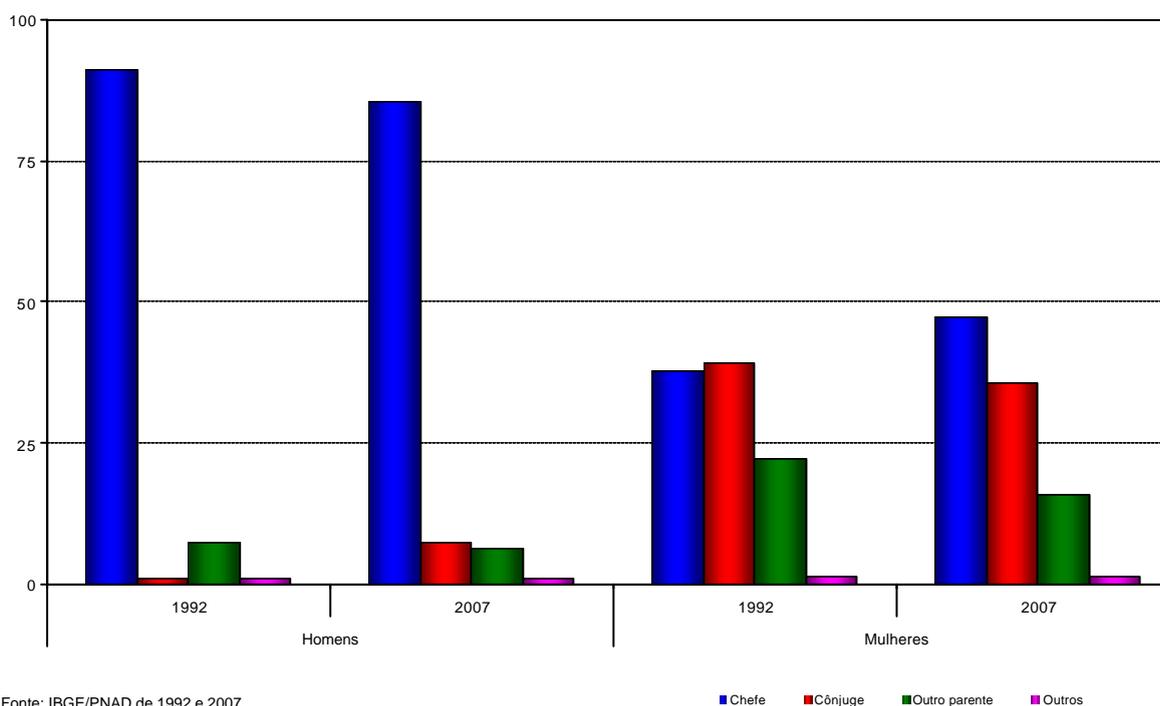
O trabalho para os idosos é importante não só pela renda que aporta, mas é, também, um indicador de autonomia e de integração social. Em 2007, dentre os homens, 42,6% trabalhavam e dentre as mulheres, 19,3%. A baixa participação feminina reflete a sua baixa participação em décadas anteriores. Isto torna as mulheres idosas mais dependentes da renda de outros membros da família.

³ Foi definido como pobreza as pessoas que residiam em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a 1/2 salário mínimo.

As perspectivas que se colocam para o médio prazo são a de um aumento na participação da população idosa nas atividades econômicas. Isto ocorrerá, em grande parte, devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, ocorrido a partir dos anos 1970. Por outro lado, o envelhecimento da população em idade ativa aliado às pressões no sistema previdenciário levam à necessidade de se manter o trabalhador na ativa o maior número de anos possível. Salienta-se que a manutenção do trabalhador na ativa por mais tempo requer uma política de saúde ocupacional para diminuir as saídas do mercado de trabalho via aposentadoria por invalidez.

A melhora na situação da renda dos idosos bem como na de saúde acarretou mudanças na sua posição na família. O aumento na proporção de idosos e, principalmente, de mulheres idosas chefes de família ou cônjuges e a redução na proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes foi uma das mudanças importante verificada no período 1992-2007. Isto aponta para uma redução da dependência dos idosos sobre as famílias. Essa mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois eram elas que apresentaram em 1992, a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. A chefia da família passou a ser o *status* predominante, também, das mulheres idosas.

Gráfico 18
PROPORÇÃO DE IDOSOS BRASILEIROS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E SEXO



Em 2007, aproximadamente 13 milhões idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 58,8% eram homens. Dos 23,0% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 86,2% eram mulheres. Em aproximadamente 5,9 milhões de famílias onde o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos⁴ residindo. E em 2,2 milhões

⁴ Foi definido filhos adultos com 21 anos ou mais.

netos.⁵ Nestas famílias, os idosos contribuíam com 54,9% da renda familiar. Ou seja, os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem mantido o seu papel de provedor e cuidador dos membros da família.

Por outro lado, 1,8 milhões de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Estas são pessoas que na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou de renda buscam ajuda com parentes. Dentre esses, predominam as mulheres, 75,8%, dada, provavelmente, ao fato de viverem mais, ficarem, portanto, viúvas e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Nessas famílias, são as idosas também que contribuem com aproximadamente 40% na renda familiar. São as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar e demandantes de uma política de cuidados (instituições de longa permanência, centros dias, hospitais dia e cuidado profissional domiciliar).

No caso dos homens com perda de autonomia, como a maioria era casado, 80,6%, a esposa fica responsável pelo seu cuidado.

Referências Bibliográficas

LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: Mason K.O. and Jerson, A-M (eds). **Gender and family change in industrialized countries**, Oxford: Clarendon Press, 1995.

⁵ Foi definido como neto, crianças na posição no domicílio de "outros parentes" que tivessem até 14 anos de idade.

2. Igualdade de gênero

Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da Pnad 2007

2.1. Famílias chefiadas por mulheres

Como já vem sendo divulgado há alguns anos, **o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando** no Brasil. Ao longo da última década, observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 24,9%, em 1997, a 33,0%, em 2007, o que representa, de acordo com os dados da última Pnad, 19,5 milhões de famílias que identificam uma mulher como sua principal responsável.

Este aumento pode ser relacionado a uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito à maior longevidade das mulheres, aliada a um envelhecimento geral da população. Em quase 27% dessas famílias, a mulher chefe tem 60 anos ou mais, que mora sozinha em muitos casos. Outro fator importante para se compreender o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres diz respeito ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que permite que muitas mulheres assumam sozinhas o sustento de um lar ou, mesmo com a presença de um companheiro, por aportarem mais renda, sejam identificadas como principais responsáveis.

Cabe lembrar que, embora a participação no mercado de trabalho represente possibilidades de maior autonomia e emancipação para as mulheres, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres nas quais somente elas são as responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos deve ser lido com cuidado. Tal aumento pode estar relacionado tanto ao aumento da precarização da vida quanto do trabalho dessas mulheres.

O que é ser “chefe”?

A pergunta feita pelos pesquisadores do IBGE é assim formulada: “qual o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”⁶.

⁶ Cabe salientar a distinção entre “domicílio” e “família” adotada pelo IBGE: domicílio é “o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.” Já “família” é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou

A expressão “chefe de família” continua a ser usada por tradição, apesar de, desde 1995, o IBGE não mais utilizá-la – em virtude da idéia de comando a ela subjacente, incompatível com as novas formas de família oriundas das mudanças na própria estrutura familiar brasileira, bem como da participação de outros membros da família na provisão do domicílio e na distribuição de responsabilidades.

Em sendo assim, a definição de “pessoa de referência” adotada pelo IBGE diz respeito à “pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros” e “cônjuge”, a “pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial”.

São necessários mais estudos para que se possa compreender o que as pessoas entendem por “principal responsável”. Os dados indicam que a identificação do chefe pode estar relacionada à:

(i) renda: a pessoa que é a principal responsável pelas despesas da casa, a principal fonte de sustento da família, é identificada como chefe;

(ii) autoridade: identifica-se como responsável a pessoa que exerce este papel sobre os demais membros da família; e

(iii) *responsabilidade pela casa*: é indicada como chefe aquela pessoa que responde pelas tarefas domésticas e pelo cuidado da família e do domicílio.

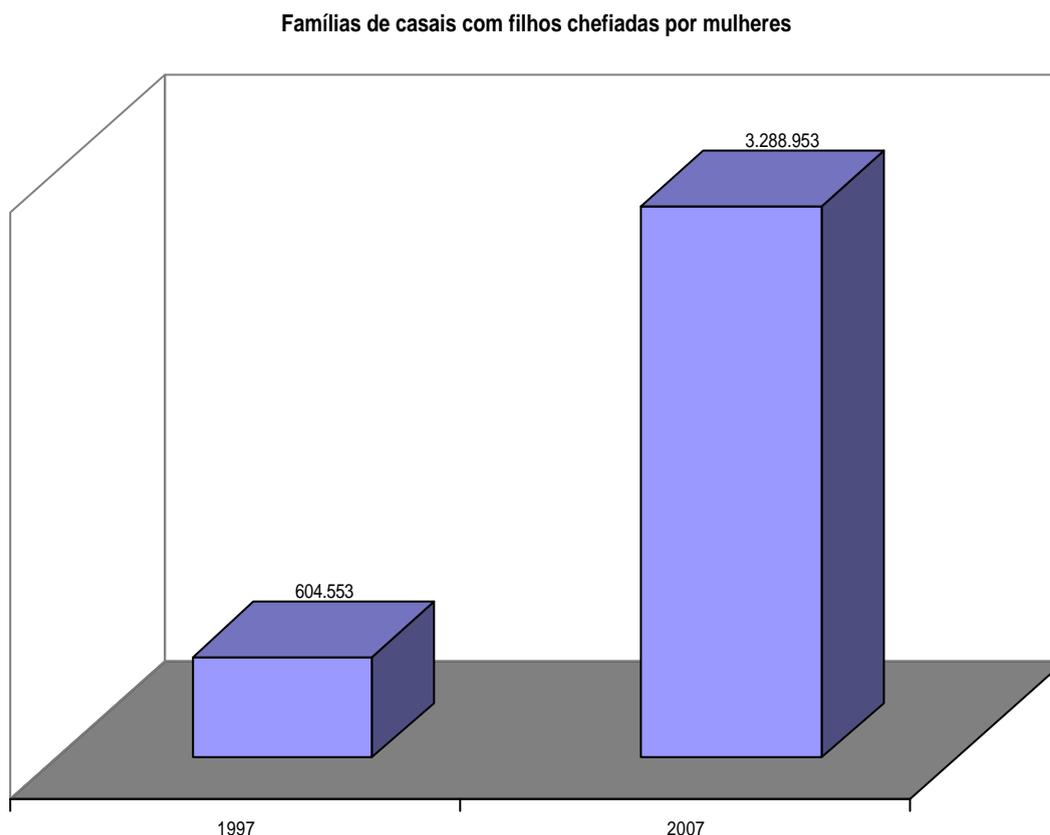
É importante, ainda, lembrar que a identificação da pessoa responsável pela família se difere de acordo com o informante. Assim, no Censo 2000, por exemplo, em 68,6% dos domicílios chefiados por mulheres, a respondente foi a própria mulher responsável.

2.2. Famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres: um fenômeno em ascensão

A Pnad nos traz alguns dados interessantes para a reflexão sobre as relações entre homens e mulheres no âmbito da família. Para além da questão do aumento do número de famílias chefiadas por mulheres – fenômeno relevante mas marcado por grande heterogeneidade e interpretações as mais diversas – chama a atenção o aumento, nos últimos anos, do número de famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres.

dependência doméstica. Definem-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar. Na presente análise, considera-se a família.

Neste caso, mesmo com a presença de um homem na família, a pessoa respondente identificou a mulher como principal responsável. Os dados assinalam que, entre 1997 e 2007, esse tipo de família aumentou de pouco mais de 600.000 para quase 3,3 milhões. Em 1997, entre as famílias formadas por casais com filhos – que correspondiam a 57,5% do total de famílias brasileiras – somente 2,4% eram chefiadas por mulheres. Em 2007, esta proporção sobe para 11,2%.



Fonte: Pnad 1997 e 2007
Elaboração: Disoc/ Ipea

Em vista dessa evidência, cabe refletir sobre o que tal dado pode nos dizer sobre processos sociais mais amplos, sobre mudanças de visões de mundo mais profundas, sobretudo no que tange a convenções de gênero que acompanham as transformações dos arranjos familiares.

2.3. Gênero e família

Uma primeira questão a ser explicitada é relativa à noção de gênero com se está trabalhando neste texto. Gênero diz respeito a

valores, histórica e socialmente construídos, que são atribuídos às diferenças sexuais. Nesse sentido, temos uma distinção entre o fenômeno biológico (o dimorfismo sexual, homem e mulher) e o fenômeno simbólico (os valores atribuídos ao dimorfismo que resulta em modelos de feminilidade e masculinidade). Tais valores compõem o que se chama aqui de **“convenções de gênero”**, que se traduzem na **forma como aqueles valores se organizam e constroem expectativas de ação para homens e mulheres** nos mais diversos contextos sociais.

O espaço da família é um dos espaços sociais mais relevantes para se compreender a articulação entre esses valores e a sua tradução na vida prática cotidiana. Uma das convenções de gênero mais correntes, por exemplo, que informa o que se pode chamar do modelo de masculinidade hegemônico brasileiro, diz respeito à expectativa de que os homens sejam os provedores, senão exclusivos, preferenciais das suas famílias. Ou, ainda, se efetivamente não o forem, que pelo menos mantenham o seu lugar simbólico destacado.

O conceito de família se consolidou no pensamento social ocidental como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui numa oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política⁷. Em decorrência dessa oposição, o construto ideológico “família” se define como um dos espaços mais hierárquicos e marcados por profunda desigualdade⁸. No pensamento social brasileiro clássico, o modelo de família vigente é o patriarcal, baseado na distribuição desigual de poder entre os seus membros, cujo epicentro é a figura paterna. Desde a década de 80 tal modelo, no entanto, tem sido alvo de investigações e críticas tendo-se em vista as transformações e os mais variados arranjos familiares⁹.

Nas últimas décadas o quadro vem se tornando mais complexo. Novos arranjos têm ganhado cada vez mais visibilidade: famílias formadas por casais hetero-afetivos sem filhos, famílias formadas por casais homo-afetivos sem filhos, famílias homoparentais¹⁰. Tais fenômenos vêm sendo acompanhados com mais proximidade por pesquisas qualitativas, já que não há dados sistematicamente recolhidos sobre essas novas possibilidades de organização familiar.

⁷ YANAGISAKO, Sylvia e DELANEY, Carol. .Introduction.. In _____. (Orgs.). *Naturalizing power . Essays in feminist cultural analysis*. New York/London: Routledge, 1995, pp. 1-24.

⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

⁹ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira . Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”.. In CORRÊA, Mariza, *et al* (Orgs.). *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994,pp. 13-38.

¹⁰ FONSECA, Claudia. “De família, reprodução e parentesco: algumas considerações”. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007: 9-35.

A partir das transformações no comportamento reprodutivo brasileiro – que vêm implicando na redução da fecundidade no país¹¹ – o impacto das novas tecnologias reprodutivas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, questiona-se sobre o seu impacto nas convenções de gênero e na própria concepção de família. Estaria em curso um processo de pluralização, democratização e ampliação da igualdade dentro da esfera familiar?

Os dados sobre o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, em especial daquelas formadas por casais com filhos, contribuem na identificação dos indícios desse processo. Ao longo dos anos, os dados sobre chefia de família feminina, bem como aqueles sobre os arranjos familiares, têm chamado a atenção de pesquisadoras e pesquisadores das mais diferentes áreas porque justamente têm apontado para possibilidades de transformações culturais mais profundas no plano das convenções de gênero.

Há ainda, no entanto, muito a se estudar para se compreender o porquê de **a esfera da família ser a mais refratária e resistente a transformações em direção à igualdade entre homens e mulheres**¹². Uma das evidências mais importantes dessa desigualdade é a assimetria na divisão de tarefas domésticas. O trabalho não-remunerado é atribuído historicamente e culturalmente às mulheres e naturalizado como sua obrigação.

Os dados sobre tempo dedicado aos afazeres domésticos evidenciam essa desigualdade.

2.4. Afazeres domésticos: desigualdades entre homens e mulheres

Desde 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) levanta a informação a respeito da dedicação aos afazeres domésticos e do tempo a eles dedicado por todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade¹³. Ao lado da questão sobre o tempo gasto entre o local de moradia e o local de trabalho, essas são as únicas duas informações recolhidas pelo IBGE sobre uso do tempo dos brasileiros¹⁴.

¹¹ Simões, Celso Cardoso da Silva. *A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas*. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

¹² SORJ, Bila. "Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado". In Oliveira, S. Recamán, M e Venturi, G. (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹³ Pergunta-se se na semana de referência, a pessoa cuidava dos afazeres domésticos e, se sim, quantas horas dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos.

¹⁴ Esse é um tema que vem sendo explorado por pesquisas em outros países da América Latina, América do Norte e Europa, com o objetivo de gerar importantes informações sobre a qualidade de vida de seus habitantes e, com isso, subsidiar a elaboração de políticas públicas. Neste sentido, foi recentemente instituído um *Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo* (composto por

Os dados relativos ao cuidado com afazeres domésticos revelam uma importante e persistente assimetria de gênero. **O tempo que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é significativamente maior do que aquele dedicado pelos homens, independentemente da condição na família (chefe ou cônjuge), da escolaridade, da renda ou da condição de ocupação (ocupado, desocupado ou inativo).** Os dados confirmam o que se percebe pela observação da vida social: são, ainda, as mulheres as principais responsáveis pela tarefa de cuidar da casa, dos filhos, dos idosos, da manutenção da família e de todas as atividades relacionadas ao âmbito doméstico.

Tomando-se como foco as **famílias formadas por casais com filhos**, observa-se que os **homens**, que nessas famílias estão na posição de **chefe**, dedicam **10,05 horas semanais** aos afazeres domésticos. Poderia se esperar que os homens na posição de **cônjuge** ocupassem mais tempo da sua semana nessas atividades: de fato ocupam, mas na média não ultrapassa as **10,44 horas** semanais.

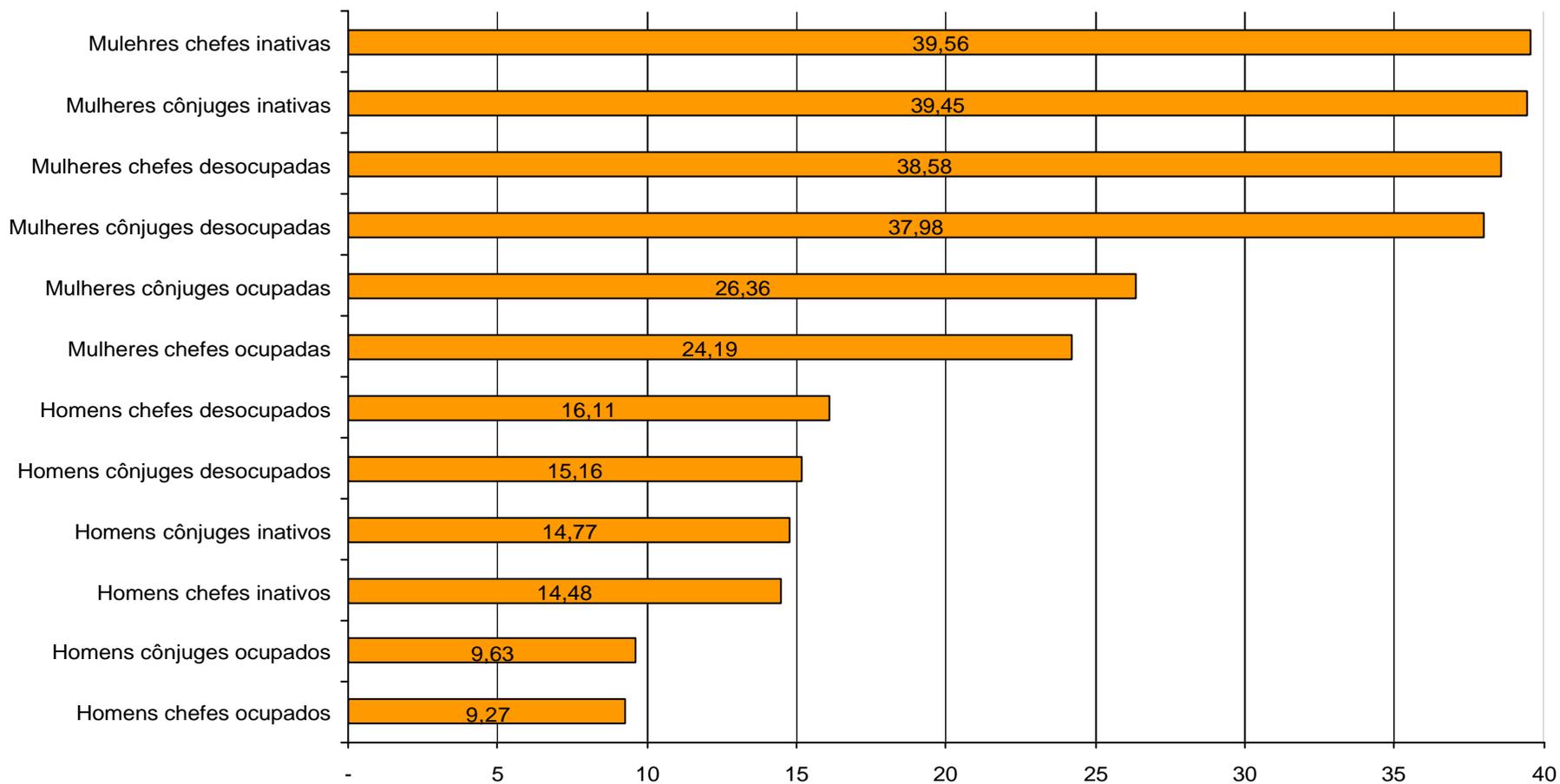
Contrapondo-se as **mulheres chefes ocupadas com os homens cônjuges desocupados**, comparação a partir da qual poderia se esperar uma reversão do quadro acima, os dados confirmam a **desigualdade**: as primeiras dedicam em média 9 horas a mais por semana aos afazeres domésticos, mesmo trabalhando fora de casa e sendo identificadas como responsáveis pela família, do que os últimos, mesmo desempregados (ver gráfico a seguir).

É possível supor que uma parte significativa do tempo dedicado aos afazeres domésticos seja relativa ao cuidado dos filhos. Os dados permitem inferir, ainda, que, mais uma vez, são as mulheres que respondem majoritariamente por essa tarefa. Apesar de a Pnad não levantar essa informação, ao se contraporem as médias de horas semanais gastas com afazeres domésticos pelas mulheres brasileiras em geral e pelas mulheres que integram famílias do tipo 'casal com filhos', percebemos que nestas o tempo dedicado às tarefas domésticas é sempre maior.

Os dados do IBGE revelam que, em 2007, 50,5% dos homens ocupados responderam que cuidavam de afazeres domésticos, contrapostos a 89,6% das mulheres ocupadas.

IBGE, Ipea e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e estuda-se a possibilidade de que o tema se insira também no novo modelo de pesquisas domiciliares do IBGE.

Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos - Famílias formadas por casais com filhos - Brasil, 2007



Fonte: IBGE/Microdados das PNAD 2007

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Estas informações são de grande relevância pois dizem respeito a assimetrias marcantes e persistentes entre homens e mulheres e que impactam muito diretamente a qualidade de vida desses grupos. Está se falando aqui também da reprodução das gerações futuras.

Outra questão a ser levantada nesta análise diz respeito às diferenças entre trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. Os afazeres domésticos compõem grande parte do que é denominado trabalho não-remunerado (juntamente com o trabalho voluntário, por exemplo), que são atividades em geral essenciais para o bem-estar da sociedade e para a sua reprodução e também muito relevantes do ponto de vista econômico, mas que não somente são desvalorizadas socialmente como desconsideradas macroeconomicamente. Em alguns países, já se elaboram contas-satélite considerando esse trabalho e os números impressionam¹⁵.

2.5. Notas finais

Os dados apresentados acima trazem importantes elementos para se compreender as transições por que passam as convenções de gênero no país, as quais parecem padecer de uma certa ambivalência. Identifica-se indícios de transformações no plano das convenções de gênero – como no caso do aumento crescente da assunção de mulheres como chefes entre aquelas famílias formadas por casais com filhos – mas que ainda não se traduzem efetivamente nas práticas cotidianas internas às famílias, tendo-se em vista o tempo dedicado aos afazeres domésticos desigualmente distribuídos entre homens e mulheres.

No caso do aumento da chefia feminina em famílias formadas por casais, pode-se concluir que a mudança no plano dos discursos – que representa um ganho simbólico, uma vez que há a identificação da mulher como chefe mesmo com a presença de um homem, tradicionalmente identificado como tal –, não se traduz nas práticas

¹⁵ No Brasil, já houve uma iniciativa, feita por professores da Universidade Federal Fluminense, que propõe uma “mensuração para as atividades realizadas pelas pessoas no interior dos lares”. “Estes serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são ignorados pela teoria econômica que não os valora e não contabiliza no Produto Interno Bruto (PIB) dos países”. O estudo concluiu que, no Brasil, os afazeres domésticos “correspondem a cerca de 12,76% do PIB, e que equivaleram no ano de 2004 a 225,4 bilhões de reais. Mais ainda, que 82% daquele valor, cerca de 185 bilhões de reais, foram gerados pelas mulheres” (MELO, Hildete P.; CONSIDERA, Claudio M. e SABBATO, Alberto Di. “Os afazeres domésticos contam”. Universidade Federal Fluminense – Texto para Discussão 177, setembro/ 2005).

cotidianas. O reconhecimento de que a mulher pode ser a responsável pela família não se reflete no compartilhamento das tarefas em casa. Esta ambivalência se deve à forma como as convenções de gênero neste campo estão, ainda, fortemente arraigadas e necessitam de uma transformação mais profunda.

Se por um lado, as mulheres respondem por cada vez mais famílias e se inserem mais no mercado de trabalho, por outro, continuam respondendo majoritariamente pelas tarefas domésticas. Com isto, cada vez mais mulheres respondem por exaustivas jornadas de trabalho – remunerado e não-remunerado, o que acarreta uma sobrecarga às mulheres e um recrudescimento das desigualdades de gênero, mesmo entre ganhos simbólicos de reconhecimento do seu lugar de chefe de família que remete a um horizonte potencialmente mais igualitário.